

Regional Training Course on Methods and Tools to identify Sources of Air Pollution and Apportionment in APM

The Portuguese Air Quality Monitoring Network







Summary



Air Quality (AQ) Legislation

- Responsabilities
- Main concepts



Reporting Obligations to the COM



National AQ Network

- Requirements for approval
- Typologies



Process of data transmission



Current national compliance



IT Platforms

- National level (AQI, Forecast)
- EU level







Air Quality Legislation CAFE Directive - 2008/50/EC

Directive 2008/50/EC (CAFE)

4th Daughter Directive (Heavy metals)

- incorporates the last scientific and technological progress
- know-how acquired within the MS on the process of technical application in this field over the years that preceded

- establishing in a single document the air quality objectives, taking into account the standards, guidelines and programs of the WHO
- aimed at preserving the quality of ambient air when it is good and improve it in other cases.







Legal framework under CAFE D → DL 102/2010

Key Elements

Merging of most existing legislation into a single Decree-law;

Responsabilities;

No changes on existing air quality objectives;

New air quality objectives for PM_{2.5};

Better regulation of private air quality monitoring networks and precedental social para a reversion non temporal proceediates for the para a reversion non temporal para a reversion of private air quality monitoring networks and the parameter of the parameter o

Improved procedures for Quality Assurance/Quality Constitution of the Constitution of

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração n.º 13/2010

Para cfeitos do disposto na alinea 6) do n.º 1 do artigo 4.º da cin.º 24/2009, de 29 de Maio, declara-se que foi designado pela Ordem dos Biólogos para o Conselho Nacional de Bica para as Ciências de Vida o Prof. Doutor Carolino Monteiro, em substituição do Prof. Doutor Manuel Pedro Fevereiro, por renúncia deste.

Assembleia da República, 17 de Setembro de 2010. — Pela Secretária-Geral, a Adjunta, Maria do Rosário Boléo.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 961/2010 de 23 de Setembre

Pela Portaria n.º 740/75, de 13 de Dezembro, e nos termos dos artigos 1.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 19 de Novembro, foi expropriado a Ermelinda Neves Bernardino Santos Jorge o prédio rústico denominado eternardino santos Jorge o predio rusuee denominado efferándo dos Machadoss, com a área de 6101,0825 ha, sito na freguesia de Santo Agostinho, concelho de Moura. Na sequência do pedido de reversão apresentado ao abrigo do n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro, na qualidade de legitimos herdeiros, Nuno Tristão Neves e Arnalda Neves Tavares da Costa, do sujeito tao neves e Amaion neves truvares un Costa, do sujetto passivo da expropriação, foi organizado e instruído o respectivo processo administrativo, no decurso do qual se provou que o lote n.º 54-A provou que o iote n.º 102-r (3,3626 na) e o lote n.º 54-A (27,8000 ha), arrendado pelo Estado a Maria do Carmo 3astos Ramos Marta, por sucessão, nos termos do despacho do director regional de Agricultura e Pescas do Alentejo de do director regional de Agricumita e r'escas do Aleuicjo de 2 de Julho de 2009, na posição contratual de seu cônjuge António Domingos Marta Tiago, na sequência do côtico deste, o lote n.º 75-A (19.9750 ha), arrendado pelo Estado à Casa Agricola Santos Jorge, entregue a título de reserva de exploração, o lote n.º 14-P (77,3550 ha), arrendado pelo de expioração, o nue n. 14-F (17,3530 na), airentanto polo Estado a António Domingues Rita, e os lotes n.º 80-OL (10,1041 ha) e 75-F (3,4500), arrendados pelo Estado a Filipa Maria Rosa Caeiro, foram objecto de contrato de arrendamento entre estes e os requerentes, tendo ainda os arrendatários declarado que não pretendem exercer o os arrenusarios ucerarado que nau pretenuem exercer o direito que lhes é conferido pelo Decreto-Lei n.º 349/91, de 19 de Setembro, pelo que se mostram preenchidos os

pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro:

Artigo único

(05), inscrito sob o artigo matricial n.º1, secção I a guesia de Santo Agostinho, concelho de Moura,

e a consequente derrogação da Portaria n.º 740/75, de de Dezembro, na parte em que expropria a referida áre

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, em 17 de Setembro de 2010. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas António Manuel Soures Serrano.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O presente decreto-lei fixa os objectivos para a qualidade do ar ambiente tendo em conta as normas, as orientações e os programas da Organização Mundial da Saúde, destinados a evitar, prevenir ou reduzir as emissões de poluentes atmosféricos.

O Programa do XVIII Governo reconhece que a política do ambiente constitui um elemento estruturante da estratégia de desenvolvimento sustentável do País e da qualidade de vida dos cidadãos.

De facto, a qualidade do ar ambiente é uma compo-De facto, a quanque uo ar annoente e uma compo-nente ambiental determinante, em particular para a saúde pública e para a qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, o presente decreto-lei estabelece o regime da avaliação e estão da qualidade do ar ambiente, atribuindo particular importância ao combate das emissões de poluentes na origem e à aplicação das medidas mais eficazes de reducão de emissões, a nível local e nacional, como formas de protecção da saúde humana e do ambiente.

Os efeitos dos diferentes poluentes atmosféricos na saúde traduzem-se no aparecimento ou agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, particularmente em populações sensíveis como as crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios.

Estudos científicos realizados ao nível da Comissão uropeia, no âmbito do Programa Clean Air For Europe (CAFE), revelam efeitos nocivos na saúde devido aos níveis de poluição do ar na Europa.

Portugal está dotado de estações e redes de medição fixas para a avaliação da qualidade do ar ambiente, na maior parte dos casos geridas pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional, sem prejuízo de outras redes e estações associadas a determinadas instalações ou outras formas de medição. Para todas estas situações são estabelecidos objectivos e requisitos de qualidade dos dados, de modo a permitir uma maior coerência na informação recolhida, essencial à boa gestão da qualidade do

De acordo com as medidas agora estabelecidas é possível verificar o nível de qualidade do ar ambiente, devendo, sempre que os objectivos não sejam atingidos, ser tomadas medidas para dar cumprimento aos valores limite e aos níveis críticos e, sempre que possível, para atingir os valores aivo e os objectivos a longo prazo. Para este efeito, prevê-se a aplicação de medidas da responsabilidade de diversos agentes, as quais podem estar integradas em planos de acção de curto prazo ou em planos de qualidade do ar, estes últimos, concretizados através de programas de execução que caracterizam as medidas a aplicar. Este regime introduz novos elementos relevantes avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, es

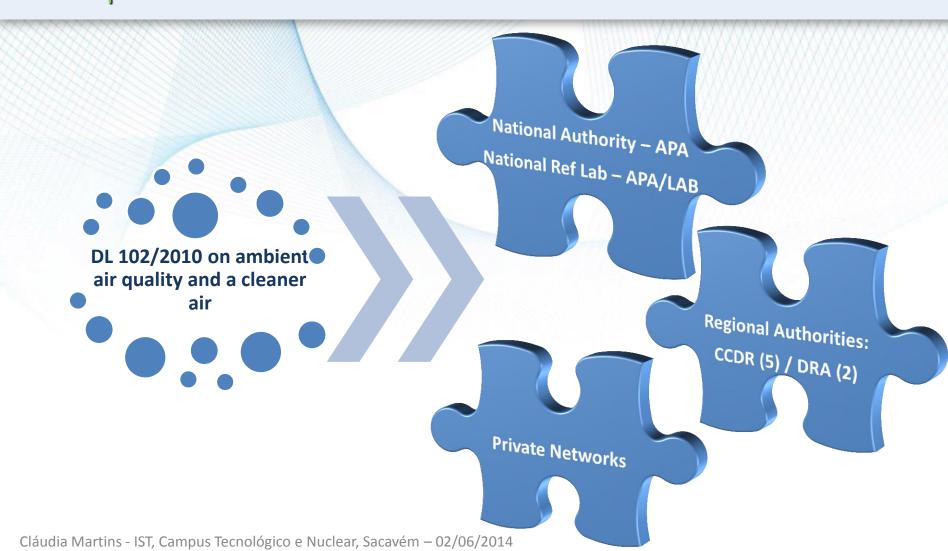
Make use of indicative measurements and models as supplementary inf. on AQ assessment

Possibility to discount natural sources of pollution when assessing compliance against LV





Responsibilities



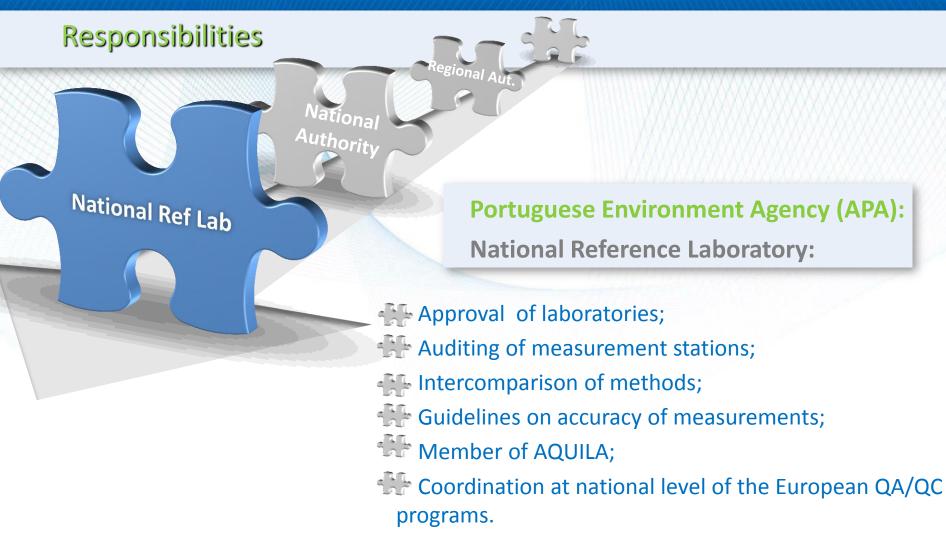






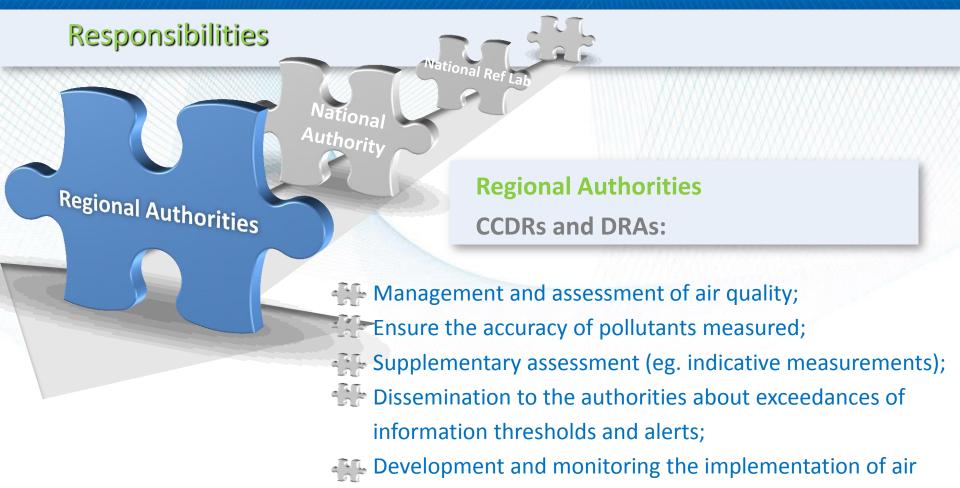












quality plans;

dissemination.

Approval of the private monitoring networks for public



Definitions

Zone

Geographical area of homogeneous characteristics in terms of air quality, land use and population density

Agglomeration

Number of inhabitants higher than 250 000 (or)

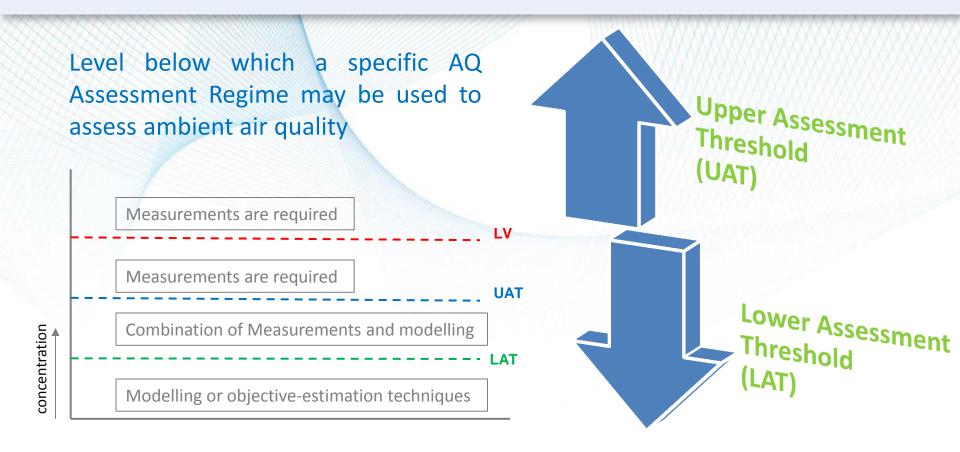
Number of inhabitants between 250 000 and 50 000 and population density > 500 hab./Km²







Definitions



In agglomerations measurements are always required





2011/850/EU Decision → exchange of information

Reporting Obligations

e-Reporting

COMMISSION IMPLEMENTING DECISION

of 12 December 2011

the Council as regards the reciprocal exchange of information and reporting on ambient air quality

Official Journal of the European Parliament and of (notified under document C/2011) 100.600

THE EUROPEAN COMMISSION.

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union,

Having regard to Directive 2004/107/EC of the European Parliament and of the Council of 15 December 2004 relating to arsenic, cadmium, mercury, nickel and polyryckii aromatic hydrocarbons in ambient air (1), and in particular Article 5(4) thereof.

Having regard to Directive 2008/50/EC of the European Parliament and of the Council of 21 May 2008 on ambient air quality and cleaner air for Europe (?), and in particular Article 28(2) thereof,

Whereas:

- (1) Directive 2004/107/EC lays down target values to be met by a certain date, determines common methods and criteria for the assessment of the listed pollutants, lays down the information that needs to be transmitted to the Commission and ensures that adequate information on concentration levels of those pollutants is made available to the public. It requires that detailed arrangements for forwarding the ambient air quality information are adopted.
- (2) Directive 2008/50/EC establishes the framework for the assessment and management of ambient air quality. It provides that the information on ambient air quality and the timescales in which such information is to be made available by Member States are to be laid down for the reporting and the reciprocal exchange of information on air quality. It also requires that ways are identified to streamline how such information are reported and
- (3) Council Decision 97/101/EC of 27 January 1997 establishing a reciprocal exchange of information and data from networks and individual stations measuring ambient air pollution within the Member States (†) lists the information on air quality which Member States are to provide in view of the reciprocal exchange.

- (4) Directive 2008/50/EC provides that Decision 97/101/EC is to be repealed with effect from the end of the second calendar year following the entry into force of the implementing measures on transmission of information and reporting. Accordingly: the provisions of Decision 97/101/EC should be reflected in this Decision.
- The scope of this Decision covers the annual reporting on ambient air quality assessment and the submission of information on plans and programmes in relation to limit values for certain pollutants in ambient air currently covered by Commission Decision 2004/224/EC of 20 February 2004 laying down arrangements for the submission of information on plans or programmes required under Council Directive 95/62/EC in relation to limit values for certain pollutants in ambient air (*) and Commission Decision 2004/461/EC of 29 April 2004 laying down a questionnaire to be used for annual reporting on ambient air quality assessmen under Council Directives 96/62/EC and 1999/30/EC and under Directives 2000/69/EC and 2002/3/EC of the European Parliament and of the Council (*). Accordingly, in the interest of clarity and consistency of Union legislation, those Decisions should be repealed.
- (6) An Internet interface called the ambient air quality portal should be created by the Commission, assisted by the European Environment. Agency, where Member States should make the air quality information available and where the public has access to the environmental information made available by Member States.
- (7) To streamline the amount of information made avuilable by Member States, to maximise the usefulness of such information and to reduce the administrative burden, Member States should be required to make the information available in a stendardised, machinereadable form. The Commission, assisted by the European Environment Agency, should develop such a standardised machine-readable form in line with the requirements of Directive 2007/EIC of the European Parliament and of the Council of 14 March 2007 establishing an Infrastructure for Spatial Information the European Community (INSPIRE) (1). It is of particular importance that the Commission carries out approximate consultations during its preparatory work, including at

Decision 2011/850/EU covers the following types of information:

Official Journal of

IPR Decision

laying down arrangements to under Council Directive 96/6

Annual reporting on ambient air quality assessment: primary or aggregated data from different sources (measurement, modelling, objective estimation)

Meta-Information about the assessment of air quality: description of measurement or modelling, definition of zones and assessment methods

Information on plans and programmes

according to the specific administrative requirement to the each Member State, the information submitted to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific according to the specific according to the specific according to the specific administrative requirement to the logs considered according to the specific accord

្តាំង Martins - IST, Campus រាមិន រាមិន រាមិន ប្រាប់ នៃ ប្រាប់ នៃ រាមិន រាមិន

(1) OI L 35, 5.2.1997, p.





2011/850/EU Decision

What it is ... → e-Reporting

A system to communicate AQ information and the dataflows that should be in conformity, particularly with the requirements of INSPIRE Directive with respect to the standard transmission format through the XML code

A standard and modern system that make use of IT allowing the operationalization of code translation and turns the process of QA/QC more

expedited

- ☐ Automation of AQ reporting
- QA/QC
- Resources optimization medium/ long term

gives detailed guidance and recommendations to those responsible for the air quality data reporting

IPR Guidance Attainment information

AQ data model

Assessment regimes

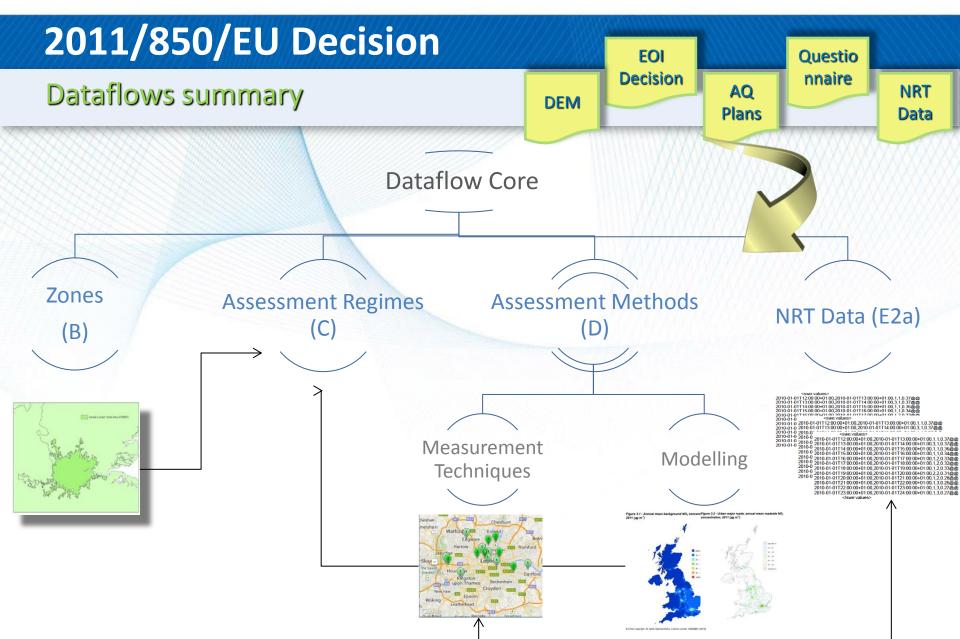
ASSESSMENT methods

Primary UTD data

Primary Validated data





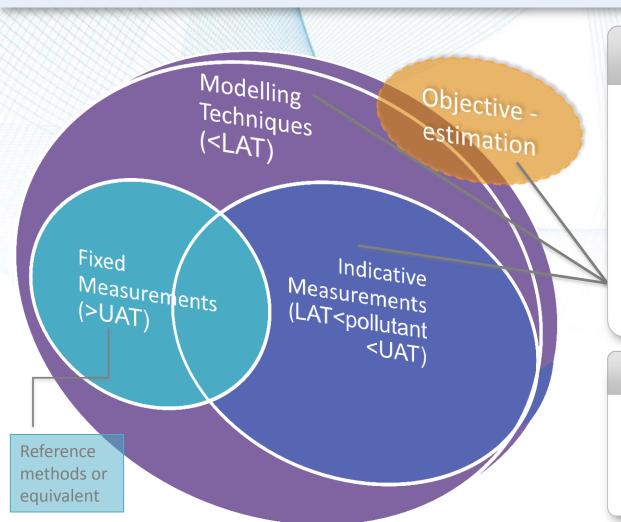






AQ Network

Air Quality Assessment Regime



Assessment Techniques

There is a need to understand their usage:

- classification of zone as part of the Aregime
- declaration of attainment of environmental objectives
- in relation to Reduction of fixed measurement
- give an increase of information to the Interpretation of spatial distribution of the ambient AQ

Modelling

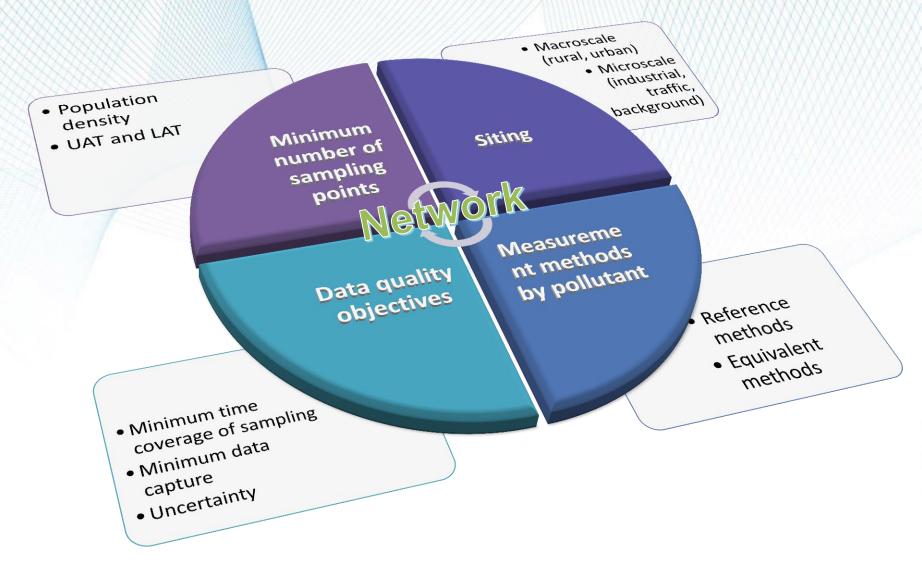
- Used to forecast AQ
- Estimate the result of measures to monitorize the improvement of AQ

Cláudia Martins - IST, Campus Tecnológico e Nuclear, Sacavém – 02/06/2014





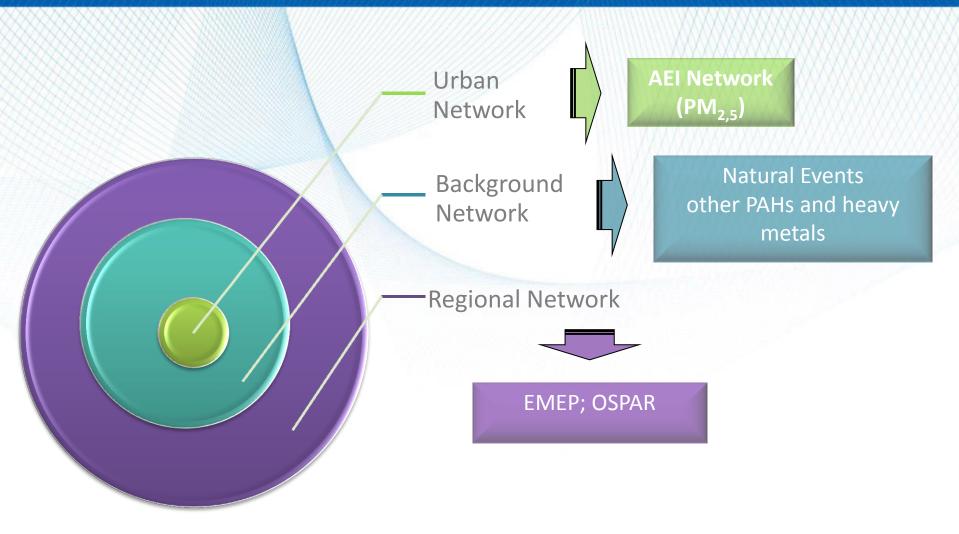
Requirements for AQ Network approval







AQ Network tipologies







Process of Data Transmission→Data Management

Air Quality
Monitoring Stations



CCDRs – Commission of Coordination and Regional Development



ATMIS Application – collecting the data from AQMS and sending to the DB server

Several levels of Validation

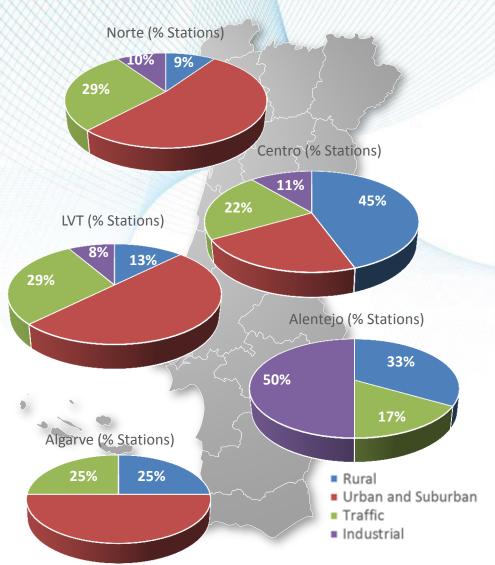
APA – Portuguese Environment Agency







AQ Network - Tipology of stations

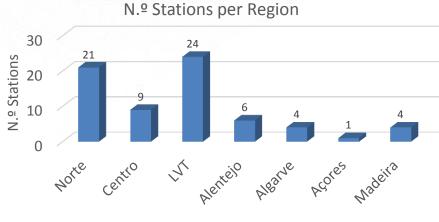


Stations by region

- There is a total of 69 operational stations.
- North and Lisbon and Tagus Valley are the regions with the higher number of stations, matching with the great urban areas of Lisbon and Oporto.

Tipology of stations

- According with its tipology allows to see the type of land use.
- The coastline is highly populated in comparison with the interior, red is the dominant color.

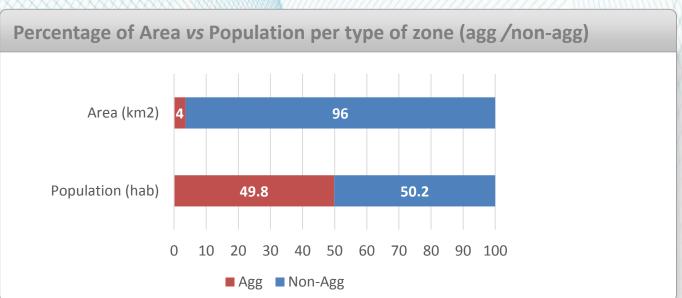


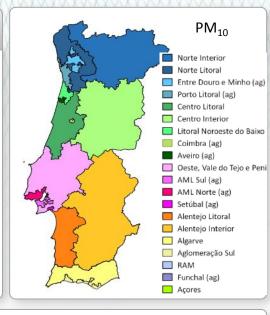
Regions

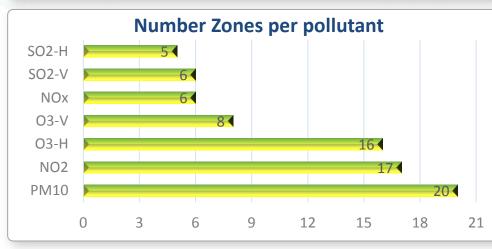




AQ Network – Zones by Pollutant







PORTUGUESE

AGENCY

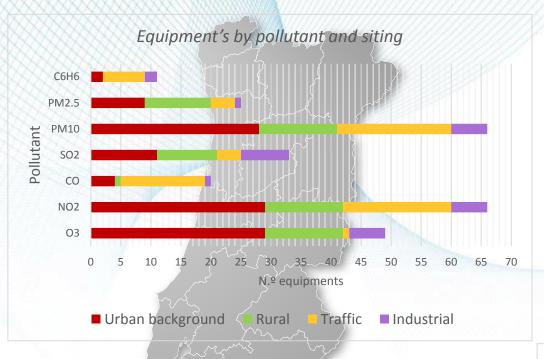
ENVIRONMENT

- 1 zone defined for Heavy metals, B(a)P, CO, C₆H₆, PM_{2.5}, Pb (covering all national territory)
- PM₁₀ is the pollutant for which we have the delimitation more disaggregated
- For some specific pollutants (NOx, O3-V, SO2-V), only non-agg are designated for the correspondent air quality objective (vegetation and ecosystem)
- There is a small area correspondent to 4 % regarding agglomerations, which is related with large urban areas, where are located the most part of the population.





AQ Network - Equipments



- Higher number of equipments for PM₁₀ and NO₂ which are located at the urban sites and in sites influenced by traffic.
- The O₃ equipments are mainly distributed by urban background sites and rural environment.



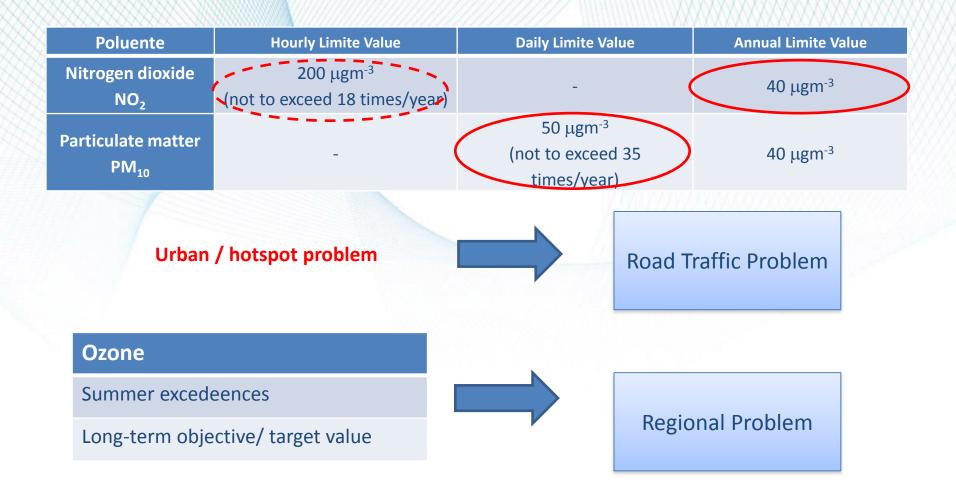
	О3	NO2	CO	SO2	PM10	PM2.5	C6H6
■Urban background	29	29	4	11	28	9	2
■ Rural	13	13	1	10	13	11	0
■ Traffic	1	18	14	4	19	4	7
■ Industrial	6	6	1	8	6	1	2
■Total	49	66	20	33	66	25	11

■ Urban background ■ Rural ■ Traffic ■ Industrial ■ Total





Current national compliance







Indicator based on AQ Index



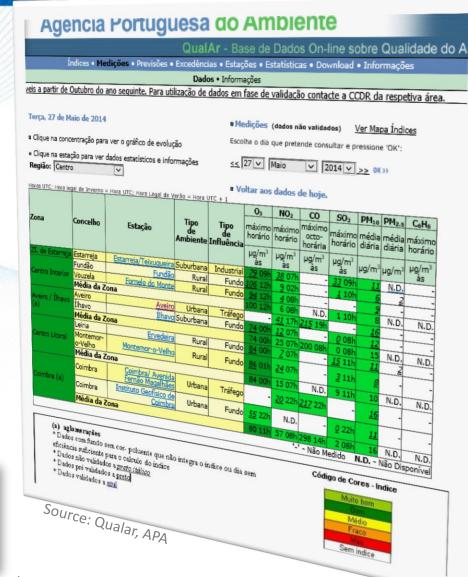




IT Platforms → National Level → Qualar



It is assigned a specific color to each AQI category to make it easier for people to understand quickly whether air pollution is reaching unhealthy levels.







Qualar – Forecasting AQI



Previsão do índice de qualidade do ar para:

Quarta, 28 de Maio 2014

Cidade	Índice QA	Poluente(s)	Comentários:	
Aveiro	Born	Ozono		
Braga	Born	Ozono		
Coimbra	Bom	Ozono		
Faro	Bom	Partículas/Ozono		
Lisboa	Bom	Partículas/Ozono		
Porto	Bom	Partículas/Ozono		
Setúbal	Bom	Ozono		

Legenda:

Partículas - média diária prevista de partículas (PM₁₀)

Ozono - máximo diário horário previsto de ozono (O3)

Apresenta-se o(s) poluente(s) com previsão de pior nível previsto

Comentário:

Em caso de dificuldades associadas à recepção da previsão do IQA contactar: 960493216

Previsão baseada nos modelos de qualidade do ar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade de Aveiro (http://qualar.apambiente.pt)

Source: Qualar, APA

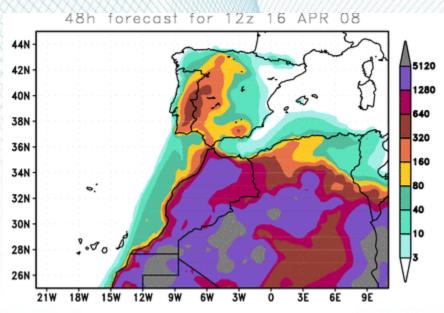
- Forecast of AQI for the following day given at 5 pm of the current day
- Set for 7 cities (district capitals Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro)
- Based on combined forecast under 2 AQ models (developed by UA and FCT-UNL)



- More effective initiation of short term action
- Reduce the possibility of exposure through public warning

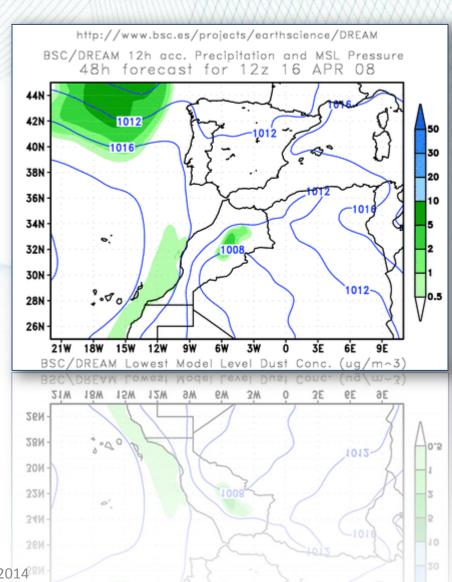


Natural Event Forecast → PM₁₀



Source: http://www.bsc.es/projects/earthscience/DREAM

- The suspension PM concentrations feature many times high levels due to natural events (Sahara dust)
- MS have the possibility to make use of a methodology to demonstrate that exceedances are attributable to natural sources → Portugal makes use of this possibility through a metodology that was developed with spain







MINISTRY OF ENVIRONMENT SPATIAL PLANNING AND ENERGY

IT Platforms → EU Level

Up-to-date air quality maps for Europe (provisional data including O₃, PM₁₀, NO₂)





Milestones towards AQ XXI century → Next Steps



- The basis for better AQ assessment in respect with QA/QC requirements will be achieved only by improving the quality of our Networks.
- Lead to a better source apportionment





Towards Clean Air

